

# Senadora engrossa coro contra Kassab

Após ex-ministro Roberto Brant deixar PSD, Kátia Abreu diz que prefeito paulistano fez intervenção 'clandestina' em Belo Horizonte

Christiane Samarco | BRASÍLIA

A ação para se aliar ao ex-ministro Patrus Ananias (PT) em vez de apoiar a reeleição de Marcio Lacerda (PSB) em Belo Horizonte começa a custar caro ao presidente nacional do PSD e prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Depois de anunciar intervenção no diretório municipal da capital mineira, o partido perdeu seu vice-presidente Robert Brant (MG) e agora vê outra vice-presidente, a senadora Kátia Abreu (TO), questionar a "medida de força" tomada pelo líder da recém-criada sigla.

A exemplo do ex-ministro mineiro, Kátia Abreu ajudou Kassab a estruturar o PSD. Agora, a senadora tornou-se porta-voz

da primeira dissidência contra o comando partidário. Enquanto ela enviava ao prefeito uma carta de protesto para manifestar "indignação e repúdio à intervenção arbitrária e clandestina", parlamentares do PSD já se movimentavam ontem para forçar uma reunião da executiva nacional. Os dissidentes querem exigir de Kassab o "compromisso moral" de que a intervenção "à la Belo Horizonte" não se repetirá.

**Resposta.** Kassab explicou que agiu para dar uma resposta rápida do partido, em situação de emergência. Argumentou que a nacionalização da campanha em Minas acabou antecipando o embate entre a presidente Dilma Rousseff e o senador Aécio Neves (MG), virtual



JP OLIVEIRA - 4/6/2012

**Protesto.** Para Kátia Abreu, Kassab desrespeitou partido

pré-candidato tucano à Presidência. E disse que, diante do rompimento repentino da aliança entre o PT e o PSB, teve ape-

## Desmoralização

**KÁTIA ABREU**

SENADORA (PSD-TO)

"Não queria promover um motim, e sim fazer uma declaração de princípio", sobre a carta que enviou ao prefeito Gilberto Kassab, em relação à intervenção em Belo Horizonte

"Se fosse em cima de mim no Tocantins, me obrigando a coligar com o PT, seria a desmoralização total"

nas dez horas para reposicionar o partido.

A falta de tempo para seguir o rito da política, reunindo diri-

gentes municipais e estaduais, foi a justificativa para a intervenção. Kassab entendeu que manter a aliança significaria jogar o PSD prematuramente nos braços de Aécio. Brant saiu da sigla dizendo que nem sequer foi ouvido, o que fez Kátia Abreu afirmar ao prefeito que ele abandonou "qualquer resquício de lealdade e respeito devido aos dirigentes". Kassab alega ter apoio de 4 dos 6 deputados do PSD em Minas.

**Solidariedade.** Após divulgar sua carta ontem à tarde, a senadora recebeu oito ligações de solidariedade de deputados federais. Aos que lhe cobraram conhecimento prévio sobre o texto, disse não ter avisado ninguém porque "não queria promover um motim, e sim fazer

uma declaração de princípio". De qualquer forma, até parlamentares próximos de Kassab entendem que ele não terá como escapar à reunião da executiva nacional. Os autodenominados bombeiros da crise não trabalham contra a ideia de levar a questão à direção partidária. Tentam apenas ganhar tempo para acalmar ânimos, evitando um levante.

O que mais preocupa é a reação da senadora, que diz não se conformar com "a truculência típica de um feitor". Ela argumenta que uma medida dessa natureza não se decide "trancado em quarto de hotel". "Foi vergonhoso", disse a senadora. "Se fosse em cima de mim no Tocantins, me obrigando a coligar com o PT, seria a desmoralização total."

# Russomanno e Haddad prometem legalizar ambulantes



Conjunto. Haddad em campanha com Netinho na zona leste

Candidatos adotam discurso contrário à política de Kassab, que tem restringido atuação de camelôs

Em campanha pelas ruas de São Paulo ontem, dois candidatos à Prefeitura fizeram a mesma promessa: regularizar a situação dos vendedores ambulantes, que enfrentaram dias difíceis com o prefeito Gilberto Kassab (PSD). Fernando Haddad (PT) e Celso Russomanno (PRB) defenderam mais diálogo com a categoria e a definição de locais onde eles possam vender as suas mercadorias.

Ao lado do cantor e candidato a vereador Netinho de Paula (PC do B), Haddad caminhou por um calçadão de comércio popular em São Miguel Paulista, região leste da capital, e conversou com os ambulantes, que pediram um olhar mais cuidadoso para suas necessidades. "Não esqueço dos ambulantes!", gritou Nailde Pereira, de 54 anos, dona de uma banca de bolsas e cintos no meio do calçadão. "O Kassab foi péssimo para nós", afirmou.

Haddad prometeu "mais diálogo" e sugeriu a criação de shoppings populares e feiras de ambulantes em horários predeterminados. "Há como acomodar esses interesses, mantendo a calçada livre para o pedestre e a rua organizada para o comércio formal", afirmou.

Já Russomanno visitou a região da 25 de Março, no centro da cidade, e ficou de marcar uma reunião com os comerciantes pa-

ra discutir a questão. "Os próprios lojistas pedem apoio da Prefeitura para a regularização dos ambulantes. Nós vamos estudar caso a caso e discutir com a sociedade por meio de audiências públicas." O candidato também criticou os recentes conflitos entre polícia e camelôs. "A polícia tem que estar na rua para prender bandidos e fazer policiamento, que é o que não se faz aqui em São Paulo."

Ao ser questionado sobre o tema, o tucano José Serra, aliado de Kassab, disse que pretende trabalhar pela regularização dos camelôs, mas evitou avaliar as ações do prefeito. "É preciso criar alternativas para quem quer se dedicar ao comércio de uma maneira legalizada, mas não tem uma fórmula mágica."

**Conflitos.** Kassab e os ambulantes estão em pé de guerra desde 19 de maio, quando a Prefeitura revogou a licença dos cerca de mil camelôs que trabalhavam com autorização na cidade. A justificativa era abrir espaço para pedestres nas calçadas e aumentar o bem-estar da população. Após uma série de liminares, porém, o Tribunal de Justiça de São Paulo liberou definitivamente o trabalho dos camelôs que possuem a permissão para trabalhar.

Diante do revés judicial, a Prefeitura alterou seus planos e, na semana passada, publicou decreto definindo sete novos endereços para o comércio informal. Os novos locais, no entanto, não agradaram aos ambulantes. / **BRUNO BOGHOSIAN, BRUNO LUPION e ISADORA PERON**

**O MELHOR BANCO DO MUNDO EM 2012.**

10 mercados principais, 102 milhões de clientes e 3,3 milhões de acionistas em todo o mundo. Nós do Santander Brasil ficamos orgulhosos deste reconhecimento e agradecemos especialmente a confiança de nossos clientes, acionistas, funcionários e fornecedores, que estão junto com a gente construindo um banco cada vez melhor. Juntos, estamos investindo forte no Brasil.

**SANTANDER BEST GLOBAL BANK**

**EUROMONEY 2012 Awards for excellence**

**Santander**

**VALORIZANDO IDEIAS POR UMA VIDA MELHOR**

[www.santander.com.br/fortenobrasil](http://www.santander.com.br/fortenobrasil)

# Falcão vê 'politização da Justiça' no mensalão

Presidente do PT critica STF por marcar julgamento perto das eleições, mas diz acreditar que, 'segundo os autos, não há base para condenação'

**Eduardo Bresciani**  
**Bruno Boghossian**  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente nacional do PT, Rui Falcão, atribuiu ontem a uma "politização da Justiça" a escolha do Supremo Tribunal Federal por realizar o julgamento do mensalão em agosto, em plena época de campanha eleitoral. "Não tenho notícia de julgamentos importantes realizados em períodos eleitorais. Podia ser feito antes ou depois das eleições. Não há nenhuma prescrição se fosse depois das eleições."

E acrescentou que, se o julgamento se basear nos autos, não deverá haver condenação. "A minha expectativa é que os ministros do STF julguem segundo os autos. Fazendo desta forma, não há base para condenação", disse Falcão.

As declarações do presidente nacional do PT vêm se juntar às do novo presidente da CUT, Wagner Freitas, que toma posse nesta semana. Ele afirmou em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* que a central sindical pretende ir às ruas caso haja um "julgamento político". Num discurso no mês passado, o ex-mi-

nistro José Dirceu, réu no processo, conclamou estudantes ligados à UNE a sair às ruas a fim de defendê-lo politicamente durante o julgamento.

Falcão esteve ontem em Brasília, no Congresso Nacional, em visita ao presidente do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), para agradecer o apoio do aliado a Patrus Ananias, candidato do PT à Prefeitura de Belo Horizonte. O PMDB tirou o deputado Leonardo Quintão da disputa e indicou Aloísio Vasconcellos para vice.

O petista acusou de traição o prefeito de Belo Horizonte,

## Argumentações

**RUI FALCÃO**

PRESIDENTE DO PT

"Minha expectativa é que os ministros julguem segundo os autos. E, julgando segundo os autos, não há base para condenação"

"Não tenho notícia de julgamento importante realizado em períodos eleitorais. Não há nenhuma prescrição se fosse depois das eleições"



Marcio Lacerda (PSB), ao comentar o fim da aliança com o PT na capital mineira, mas afirmou que não há rompimento com o PSB em nível nacional. Para ele, não houve "ação deliberada" do partido aliado ao se afastar do PT na disputa em algumas das principais capitais. "Eu disse sempre que não há rompimento com o PSB. Te-

mos alianças em várias cidades, capitais inclusive. Em Belo Horizonte, o prefeito rompeu a palavra, traiu um compromisso, mas isso não dá para atribuir como se fosse uma política nacional do PSB", afirmou.

Sobre o jantar que a presidente Dilma Rousseff teve na noite anterior com o presidente do PSB, o governador Eduar-

do Campos (PE), para reafirmar o compromisso nacional entre os dois partidos, Falcão declarou que Campos deve ter ido "se explicar" para Dilma sobre o rompimento em Belo Horizonte.

**CPI.** Também ontem, o candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo, José Serra, acusou o PT de utilizar a CPI do Cachaça como instrumento político contra partidos de oposição. O tucano reagiu à convocação pela comissão do engenheiro Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, que foi diretor do departamento de estradas do Estado quando Serra era governador. "A CPI está sendo utilizada como instrumento político. É tipicamente petista: usar um aparato de Estado para oprimir e hostilizar adversários", disse Serra.

Souza foi convocado a fim de falar sobre contratos entre o governo paulista e a construtora Delta. Serra afirmou que não há irregularidades em obras da empreiteira. "Meu governo não tem nada, nada a esconder", disse.

# Acusado de desvios, ex-presidente da Valec deixa prisão



Livres. Juquinha, além de sua mulher e filhos, foram liberados

Suspeito de desviar R\$ 60 milhões, Juquinha foi libertado após cumprir prisão temporária de cinco dias em Goiás

**Rubens Santos** | GOIÂNIA

O ex-presidente da Valec José Francisco das Neves, o Juquinha, foi libertado na noite de anteontem pela Polícia Federal após cumprir prisão temporária de cinco dias na carceragem da PF em Goiânia. O ex-dirigente da Valec entre 2003 e 2010 foi preso na semana passada durante a Operação Trem Pagador. Ele foi acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de superfaturar trecho da Ferrovia Norte-Sul, em Goiás.

Além de Juquinha, também foram libertados Marivone Ferreira das Neves, Jader e Karen Ferreira das Neves, respectivamente mulher e filhos do ex-dirigente da estatal.

Durante as investigações, o MPF concluiu que um vasto patrimônio, avaliado em R\$ 60 milhões, foi posto em nome do ex-dirigente, parentes e laranja. De acordo com procurador federal Hélio Telho, o dinheiro resultou do superfaturamento de

um trecho da Ferrovia Norte-Sul, em Goiás, entre os municípios de Santa Isabel e Uruaçu, na região norte do Estado. O superfaturamento gerou R\$ 100 milhões em desvios dos recursos públicos, segundo o MPF.

"A operação resultou num conjunto de medidas de investigação", disse Hélio Telho.

As autorizações para a Operação Trem Pagador foram dadas pela 11ª Vara da Justiça Federal em Goiânia, a mesma que conduziu o processo na Monte Carlo.

Foram localizados e apreendidos bens que teriam sido obtidos por meio ilícito. "Trata-se de uma inovação em matéria de combate aos crimes do colarinho branco", explicou o procurador. Uma lista de bens foi bloqueada pela Justiça Federal. Entre eles estão as fazendas Apocena I e II, no Tocantins, avaliadas em R\$ 3,3 milhões. A maioria dos imóveis de Juquinha, e dos demais envolvidos no caso, foi comprada depois que ele assumiu a Valec.

Na sexta-feira, a Justiça Federal mandou soltar o empresário Marcelo Araújo Cascão, também preso pela Operação Trem Pagador sob suspeita de lavagem de dinheiro e envolvimento com o ex-presidente da Valec. A própria PF manifestou-se pela revogação da prisão temporária.

## Cara até na eleição

# VEREADORES PREVEEM GASTAR R\$ 3 MI POR VAGA

Valor é a média que os candidatos esperam desembolsar pela cadeira da Câmara paulistana

Se todos os candidatos a vereador de São Paulo conseguirem arrecadar

o máximo que pretendem, a campanha eleitoral para a Câmara Municipal paulistana vai custar

R\$ 3,248 bilhões. Na média, cada um dos 1.185 postulantes prevê gastar R\$ 2,741 milhões. Mas a média é enganadora. Os tetos de gastos variam dos R\$ 50 mil previstos pelos candidatos do PCO a R\$ 5 milhões, estimados pelos integrantes das chapas do PSD, PSDB, PRB, PT do B e PTN.

Em 2008, porém, os gastos efetivos de campanha foram

uma fração dos tetos previstos. Partidos estipulam tetos mais altos do que efetivamente conseguem arrecadar para não ter problemas com a Justiça eleitoral.

Na média, o candidato a vereador paulistano tem 49 anos; é do sexo masculino (86,31% de mulheres); concluiu o ensino médio; começou a fazer faculdade mas a maioria não terminou o

curso superior, e tem boa chance de ser empresário, comerciante ou advogado.

Só metade dos candidatos a vereador nasceu no município onde pretendem se eleger, uma proporção bem superior à população de São Paulo. Dos moradores da cidade, 69% são paulistanos. A maior parte dos candidatos "forasteiros" nasceu em

outras cidades paulistas. Depois vêm os nascidos na Bahia, em Minas Gerais e Pernambuco.

Acandidata de mais idade é a cantora Angela Maria (PTB), de 83 anos. O mais novo é um candidato do PSOL: Michel Lutaif tem apenas 18 anos. / **JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO e AMANDA ROSSI**

# Lei da Lavagem divide juristas e delegados

Sancionada sem vetos pela presidente Dilma Rousseff, a nova Lei da Lavagem de Dinheiro (12.683/12) divide juristas e delegados de Polícia porque o seu arti-

go 17-D prevê que, em caso de indiciamento de servidor, este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos, até

que o juiz autorize seu retorno. "A Constituição estabelece a presunção de inocência", adverte o professor da Faculdade de Direito da USP, ex-secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Pierpaolo Bottini,

Bottini diz que qualquer medida cautelar que restrinja direitos

deve ser fundamentada por juiz. "O indiciamento é ato do delegado de Polícia, sem controle judicial. É preocupante que alguém sem poderes jurisdicionais possa afastar servidor." Para Bottini, "o funcionário sobre o qual pesam fundadas suspeitas de lavagem deve ser afastado quando existam elementos que demonstrem que sua permanência no cargo gere risco de continuidade delitiva, mas cabe ao juiz decidir".

O presidente da Associação Nacional dos Delegados da Poli-

cia Federal, Marcos Leônico-Souza Ribeiro, anota que a Lei 8.112, do servidor público, artigo 147, prevê afastamento preventivo em âmbito administrativo, sem decisão judicial. "A lei do servidor prevê a hipótese de afastamento no campo disciplinar como medida cautelar, sem prejuízo da remuneração. O inquérito policial não deixa de ser procedimento administrativo. Guardadas devidas proporções, o afastamento previsto na Lei da Lavagem nada mais é que o afastamen-

to previsto na lei do servidor, cuja inconstitucionalidade ou ilegalidade nunca foi questionada. Há previsão analógica no regime disciplinar do servidor, cuja garantia é o controle jurisdicional."

O especialista em direito penal Mauricio Silva Leite avalia como "temerária" a nova previsão legal. "Ela dá ao delegado o poder de afastar o servidor durante as investigações sem a necessidade de decisão judicial. Viola a presunção da inocência e permite que direitos do acusado sejam afastados sem o devido controle jurisdicional." / **FAUSTO MACEDO**